

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 30 de Junho de 2011 e 2010 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da FomenTO.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;
- b) A forma de tributação base para constituição da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é a do Lucro Real Anual sem opção por incentivos fiscais, conforme a legislação em vigor;
- c) Os direitos e obrigações da empresa estão classificados no ativo e passivo circulante e não - circulante, em conformidade aos estabelecidos nos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76 e Lei 11.638/2007 suas alterações;
- d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;

- e) As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações;
- f) A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução n.º 2.682/1999;
- g) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, que é calculada pelo método linear. A seguir apresentamos a composição do ativo imobilizado por conta e suas respectivas taxas anuais de depreciação e amortização (nota 4.3), **(EM R\$ MIL)**;
- h) Caixa e equivalente de caixa – são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.640	1.268
Disponibilidades	5	1
Titulos e Valores Mobiliarios		
Cotas de Fundo de Investimento	3.635	1.267

4 ATIVO

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Prazos	30/06/2011		30/06/2010	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	07/06/2013	213	7	244	10
Fundo Invest. Referenciado DI Premium	Sem vencimento	3.635	93	1.267	88
Total		3.848	100	1.511	98

A composição da carteira do Fundo de Investimento: Títulos Públicos (92,06% - LFT e 1,70% - NTN-B) e Outros (6,27% - Compromissadas e (0,03) % - Outros). A aplicação em Fundos de Investimento obteve uma rentabilidade no Semestre de 5,40% correspondente a 98,12% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As Operações de Crédito estão devidamente classificadas nos graus de risco definidos pela Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do BANCO CENTRAL DO BRASIL.

a) Composição por atividade econômica:

	30/06/2011			30/06/2010		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor Privado						
Comércio/Serviços	2.319	2.774	5.093	2.906	2.559	5.465
Indústria	198	192	390	516	433	949
Infra-Estrutura	37	144	181	115	105	220
Agronegócio	760	356	1.116	807	365	1.172
Pessoa Física	227	140	367	291	109	400
Total	3.541	3.606	7.147	4.635	3.571	8.206

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2011		30/06/2010	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	1.257	18	1.153	15
B	15 e 30 dias	4.088	57	5.355	65
C	31 e 60 dias	1.020	14	1.132	14
D	61 e 90 dias	219	3	256	3
E	91 e 120 dias	236	3	98	1
F	121 e 150 dias	100	2	41	-
G	151 e 180 dias	158	2	32	-
H	Acima de 180 dias	68	1	139	2
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		7.147	100	8.206	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2011		30/06/2010	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
A	1.253	4	1.145	8
B	4.015	74	5.282	73
C	1.009	11	1.096	36
D	191	28	201	55
E	161	75	71	27
F	28	72	32	9
G	94	64	22	10
H	25	43	79	6
TOTAL	6.776	371	7.928	278

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2011		30/06/2010	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	1.257	6	1.153	6
B	1	4.088	41	5.355	56
C	3	1.020	31	1.132	34
D	10	219	22	256	25
E	30	236	71	98	29
F	50	100	50	41	20
G	70	158	111	32	22
H	100	68	68	139	139
TOTAL		7.147	400	8.206	331

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2011	30/06/2010
Saldo no Início do Período	367	352
Constituição da Provisão	299	327
Créditos Baixados como Prejuízo	124	138
Reversão de Provisão	142	210
Saldo no Fim do Período	400	331

f) Créditos renegociados

	30/06/2011	30/06/2010
Renegociação	927	583

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	30/06/2011	30/06/2010
Saldo no Início do Período	758	577
Créditos baixados como prejuízo	124	138
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10	78
Saldo no Fim do Período	872	637

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

Descrição	30/06/2011	30/06/2010	Depreciação	Amortização
Outros Investimentos	1	1		
Sub-Total Investimento	1	1		
Móveis e Equipamentos de Uso	299	299	10%	-
Sistema de Comunicação	43	41	10%	-
Sistema de Processamento de Dados	443	445	20%	-
Sistema de Segurança	1	1	20%	-
Sistema de Transporte	82	82	20%	-
(-) Depreciação/Amortização	(660)	(549)	-	-
Sub-Total Imobilizado	208	320	-	-
Diferido gastos em imóveis de terceiros	125	125	-	-
(-) Amortização	(125)	(125)		

Sub-Total Diferido	-	-		
Intangível – Software	117	117		20%
(-) Amortização	(109)	(96)		
Sub- Total Intangível	8	21		
Total Permanente	216	341		

5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Referem – se a obtenção de recursos para financiamentos nos diversos ramos de atividade econômica oriundos de órgãos Governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim distribuídos:

Operações com Recurso BNDES

Descrição BNDES		30/06/2011			30/06/2010		
Taxa Média – 5%a.a							
Prazo Médio – 5 anos							
Recurso do BNDES	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total	
BNDES – FINAME Comércio e Serviço	43	153	196	-	-	-	
BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão	164	571	735	-	-	-	
Total	207	724	931	-	-	-	

As operações concedidas com recursos do BNDES são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 5%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de 9.683 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,40	5.964.000	9.624.795
SINDUSCON	O.N.	0,10	6.000	9.683
FIETO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FAET	O.N.	0,10	6.000	9.683
FECOMÉRCIO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FACIET	O.N.	0,10	6.000	9.683
SICON	O.N.	0,10	6.000	9.683
TOTAL DE AÇÕES		100,00	6.000.000	9.682.892

7 RECEITAS

A composição das receitas do semestre pode ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

RECEITAS	30/06/2011	30/06/2010	Variação	
			R\$	%
Rendas de Operações de Crédito	825	935	-110	-12
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	162	98	64	65
Rendas de Prestação de Serviços	15	21	-6	-29
Outras Receitas Operacionais	158	300	-142	-47
RECEITAS TOTAIS	1.160	1.354	-194	-14

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras Reversões.

8 DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	30/06/2011	30/06/2010	Variação	
			R\$	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	299	327	-28	-9
Pessoal e Honorários	176	167	9	5
Outras despesas administrativas	508	506	2	0
Tributárias	51	52	-1	-2
Outras despesas operacionais	11	14	-3	-21
IRPJ e CSLL	48	92	-44	-48
DESPESAS TOTAIS	1.093	1.158	-65	-6

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2011	2010
Resultado Líquido Acumulado	115	288
LUCRO REAL ANUAL		
Adições	306	374
Exclusões	(271)	(292)
Resultado líquido Ajustado	150	370

Compensação prejuízo exercícios anteriores	-	(111)
Base de Cálculo	150	259
Imposto de Renda - 15%	26	53
Cálculo da CSLL - 15%	22	39
TOTAL DA DESPESA	48	92

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERÍODO

No 1º Semestre de 2011, as receitas totalizaram R\$ 1.160 mil, apresentando uma redução de 14% sobre a do semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 1.093 mil, também inferiores em 6% com as do semestre de 2010. O resultado final obtido foi de R\$ 67 mil, 66% a menos registrado no 1º semestre de 2010 que foi de R\$ 196 mil.

	2011	2010
Resultado do Semestre	67	196

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2011, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a FomenTO, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 1.069 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 8.570 mil, o que propiciará intensificar a atuação da FomenTO como indutora do desenvolvimento do Estado.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Agência em 30 de Junho de 2011 e 30 de Junho de 2010 se aproximam de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática da Agência operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 SEGUROS

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos seus principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos em seguradora idônea.

14 RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário, exceto os membros da diretoria executiva e os estagiários.

15 CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

16 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E DE MERCADO

A FomenTO, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil bem como visando aprimorar seus controles internos, instituiu uma estrutura unificada para gerenciar os riscos operacionais, de mercado e de crédito, aos quais a Instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Agência. O Conselho de Administração da Instituição aprovou as Políticas de Gestão de Riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa dessa área e demais informações quanto ao gerenciamento dos riscos encontram-se descritas em relatórios, disponíveis ao acesso público na sede da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas, 19 de Julho de 2011.

ELYS KEIRY IZABEL DOS SANTOS
Contadora CRC – TO 002739/P
CPF 728.790.681-34